



A COPESQUISA COMO MÉTODO: O ESTUDO DE CASO DE UM TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO (TFG) SOBRE O MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA

CO-RESEARCH AS A METHOD: A CASE STUDY CONCERNING A GRADUATION FINAL PAPER ABOUT THE “SALVE SANTA TEREZA” MOVEMENT

Karine Gonçalves Carneiro*, Joellyse Cecília Freitas Valadão*

Resumo

Este artigo pretende explorar a experiência de escrita de uma monografia como Trabalho Final de Graduação (TFG) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) no que concerne, mais especificamente, ao método da copesquisa. Nesse sentido, a postura metodológica implicou no desafio do enfrentamento de posicionamentos e papéis classicamente estruturados nas divisões orientadora-orientanda; ensino-pesquisa-extensão; e pesquisadoras-objeto. Enfrentamento trazido pela escolha do tema do trabalho, que buscou compreender a luta do Movimento Salve Santa Tereza – em Belo Horizonte/Minas Gerais – no que concerne à articulação de novas formas de participação. Isso porque, por um lado, a professora-orientadora tem atuado como ativista do movimento e, portanto, neste caso, professora-orientadora-ativista. Ainda, se considerarmos a clássica divisão pesquisador-objeto, ao ser ativista do movimento, a orientadora torna-se também sujeito-objeto a ser investigado. Essa situação desloca, por outro lado, a aluna-pesquisadora-orientanda para um campo onde ensino-pesquisa-extensão são indissociáveis, já que sua produção em termos de pesquisa torna-se também um “aprendizado com”, que produz material de luta para a própria causa do Salve Santa Tereza. Ainda, o desafio do TFG estende-se para este artigo na medida em que a escrita conjunta – orientadora-orientanda – evidencia não apenas o esforço compartilhado para a abordagem do tema, ou seja, um processo de coautoria, mas também a exploração de novas estruturas de narrativas que deem conta de explorar todo o processo.

Palavras-chave: trabalho final de graduação; copesquisa; Movimento Salve Santa Tereza.

Abstract

This article intends to explore the experience of writing a monograph as an graduation final paper in Architecture and Urbanism for the Federal University of Ouro Preto mostly related to co-research as a method. In this sense, the methodological approach implied a challenge, since it faced places and roles classically structured in the divisions advisor-advisees; learning-research-extension; and researchers-object. This challenge was brought by the exploration of a subject that sought to understand the struggle of the Salve Santa Tereza Movement – in Belo Horizonte/Minas Gerais/Brazil – in the basis of articulations for new means of participation. In this panorama, on the one hand, the professor-advisor acts as an activist for the movement and is, therefore, a professor-advisor-activist, but also, if we consider the classical division between researcher-object, being an activist, also transforms her on a subject-object to be investigated. On the other hand, this situation produced a shift for the student-advisee, placing her on a field where learning-research-extension are undissociated, because her production in terms of research also becomes a “learning with” that generates struggle materials for the movement itself. Moreover, the challenge on the final paper reaches this article in the extent that the “writing together” – advisor-advisee – highlights not only a collective effort to think about the subject, in other words, a co-authorship, but also on the exploration of new narrative structures that contemplate the whole process.

Keywords: graduation final paper; copesquisa; Salve Santa Tereza Movement.

Introdução

O Trabalho Final de Graduação (TFG) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto – “trabalho de caráter interdisciplinar em que se avalia o domínio do aluno sobre os conhecimentos essenciais e sua capacidade resolver problemas de arquitetura e urbanismo” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2008) – traz a possibilidade, através da livre escolha do aluno, de explorações teóricas, práticas ou teórico-práticas de uma variedade de temas relacionados à cidade. Mas neste artigo o que buscamos avaliar é a aplicação do método da copesquisa como forma de subsidiar a produção de um TFG. Mais especificamente, de um TFG cujo título é: “As lutas territoriais como articuladoras de novas formas de participação popular. Estudo de caso: Movimento Salve Santa Tereza, em Belo Horizonte – MG”.

De modo geral, o trabalho teve como objetivo elucidar como questões afetas à participação popular ocorreram e ocorrem no Movimento Salve Santa Tereza (MSST), por meio da comparação entre a participação institucionalizada e oferecida pelo poder público e novas estratégias/táticas implementadas pelo próprio MSST com o intuito de atingir seus objetivos de luta. Como estratégia para a comparação, foi considerada a matriz de participação adotada pelo geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2006) no livro *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos*.

Para este artigo, entretanto, menos que evidenciar os objetivos, marcos teóricos e resultados do trabalho de um modo mais geral, pretendemos avaliar os aspectos e desdobramentos relativos à aplicação da copesquisa como método que busca “a implicação mútua entre lutas e teorias diante dos problemas de autonomia, resistência e estratégias coletivas, no intuito de romper com a verticalização ideológica da produção do conhecimento” (CARNEIRO, 2016, p. 102). Nesse sentido, no decorrer desse texto, contextualizaremos o MSST e explicitaremos os marcos referenciais relativos à copesquisa. Mostraremos também as ferramentas metodológicas utilizadas ao longo do processo para que, em seguida, possamos avaliar suas consequências e potencialidades para um tema que agrega questões afetas à produção do espaço, às lutas territoriais e às novas possibilidades de engajamento da academia com os movimentos sociais que têm se conformado na cidade de Belo Horizonte. Nessa última etapa, buscaremos, ainda, uma forma de escrita que possibilite ao leitor identificar o cruzamento das narrativas entre orientadora-orientanda.

O Movimento Salve Santa Tereza

O TFG apresentado acima buscou tratar da atualidade do MSST, entretanto, é importante destacar que dois distintos momentos de luta configuraram sua história. Antes de mencioná-los, contudo, é necessário contextualizar o próprio bairro de Santa Tereza que está localizado na área pericentral de Belo Horizonte e tem a Avenida do Contorno [1] como um de seus limites. Santa Tereza foi fundado por volta do ano 1896 e é dotado de simbolismos culturais e históricos e de forte identidade territorial, configurando-se como um bairro de características interioranas (CAJAZEIRO; SOUZA, 2012). Dentre seus lugares simbólicos, estão a Igreja Matriz de Santa Tereza e Santa Terezinha – localizada na Praça Duque de Caxias, espaço público de grande importância para o cotidiano do bairro – o Clube Oásis e o Mercado Distrital de Santa Tereza.

Foram exatamente estas características – que seus moradores ainda descrevem como portadoras de uma ambição interiorana, a saber, a baixa altimetria de suas edificações, o relevante convívio comunitário e a predominância de uso residencial – que fizeram com que, em meados da década de 90, uma parcela de seus residentes se organizasse e fundasse o Movimento Salve Santa Tereza. Àquela época estavam sendo discutidas propostas para a elaboração do Plano Diretor (PD) e da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) de Belo Horizonte, promulgada em 1996. Inicialmente, pretendia-se que o bairro fosse delimitado por uma “Zona de Adensamento Preferencial” [2] (ZAP), o que conduziria a um maior adensamento e verticalização de suas áreas. Por outro lado, contudo, critérios relacionados às questões socioambientais e socioculturais tinham também espaço nas discussões que estavam sendo conduzidas e propunham para distintas áreas da cidade a criação de “Áreas de Diretrizes Especiais” (ADEs). Foi na esteira dessas discussões que os moradores, através da primeira formação do Salve Santa Tereza, apresentaram uma proposta de ADE para o bairro com o objetivo de, principalmente, manter as características que julgavam primordiais para preservar o caráter identitário do local e problematizar as dinâmicas de produção de seus espaços.

Como desdobramento das ações do movimento, o PD de 1996, elaborado no governo de Patrus Ananias – cuja gestão foi feita pela Frente BH-Popular, atentando para questões de inclusão social, democratização e promoção da justiça social – absorveu suas demandas e criou a ADE de Santa Tereza inserida no art. 83 da LPOUS Lei 7.166/1996 (Belo Horizonte, 1996). Sua regulamentação, entretanto, foi efetuada após passar pelo processo de sensibilização dos vereadores e da opinião pública. A ADE de Santa Tereza tornou-se a primeira ADE regulamentada

de Belo Horizonte e serviu como exemplo para outras ADEs. Em virtude de sua criação, o bairro de Santa Tereza pode manter suas características predominantemente residencial e horizontal, seguindo parâmetros urbanísticos específicos como, por exemplo, a adoção de altimetria máxima de 15 metros para cada edifício a ser construído (BARROS, 2016).

Como consequência do atendimento de seus anseios, o MSST se dispersou por um período de dezessete anos, dispersão que “pode ser lida sob a chave de ciclos dos movimentos sociais, com a previsão de seu esvaziamento a partir das suas conquistas” (BARROS, 2016, p. 75). Entretanto, suas ações e histórias serviram de base para a retomada do movimento com novos integrantes, no ano de 2013, quando novas ameaças começaram a rondar o bairro. É sobre as ações dessa nova formação que o TFG se debruçou.

No ano de 2013, em Belo Horizonte, na gestão do segundo mandato de Márcio Lacerda, iniciou-se o aprofundamento de propostas de cunho mercadológico que visavam a transformação de seus espaços públicos através da lógica privatista do capital. Para isso, um instrumento presente no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) – Lei Federal no 10.257, de 10 de julho de 2001 – a saber, as operações urbanas consorciadas [3] (OUCs), tornou-se a principal base de reformulação de um tipo de “desenvolvimento” que conduziu à proposta de uma OUC, a Nova BH. A Nova BH “implicaria em intervenções urbanísticas em 58 bairros da cidade que juntos representam cerca de 7% do território do município (25 km²), afetando diretamente aproximadamente 170 mil moradores” (OUC NOVA BH, 2016). Na verdade, a OUC Nova BH amplia ações menores que já haviam sido perpetradas em escalas mais pontuais e reduzidas pelo poder público através das parcerias público-privadas (PPPs) e de operações urbanas simplificadas [4]. Propostas que, de acordo com Souza (2006), sob um discurso do “bem” e do “desenvolvimento” buscavam vender parcelas das nossas cidades e homogeneizá-las para a ação do capital.

Nesse cenário surgiu a proposta para a construção de uma torre de oitenta e cinco andares na porção sul do bairro, próximo às Vilas Dias e São Vicente, e para a transformação de duas outras torres vazias e inacabadas [5], existentes na mesma região, em um hotel. Em função da divulgação desse projeto, em abril desse mesmo ano, alguns moradores começaram a se reunir com o propósito de discutir os impactos que tais empreendimentos trariam para Santa Tereza (BARROS, 2016). Teve início, assim, com a condução de certas ações, o segundo momento do Movimento Salve Santa Tereza. Vale ressaltar que a primeira dessas ações foi um panfleto (Imagem 1) que foi distribuído em pontos diversos do bairro com o objetivo de denunciar a ameaça da verticalização, que

[3] De acordo com o estatuto da Cidade, as operações urbanas consorciadas são um conjunto de intervenções, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental (BRASIL, 2001). Entretanto, o que temos percebido é que este instrumento tem sido absorvido pelas elites do mercado imobiliário e tem contribuído fortemente para processos de gentrificação.

[4] As operações urbanas simplificadas, da forma como descrita no PD de 1996, são motivadas por interesse público e são destinadas a viabilizar intervenções tais como a: otimização de áreas envolvidas em intervenções urbanísticas de porte e reciclagem de áreas consideradas subutilizadas; a implantação de Programas de Habitação de Interesse Social; a implantação de espaços públicos; valorização e criação de patrimônio ambiental, histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico; dinamização de áreas, visando à geração de empregos (BELO HORIZONTE, 1996). Mas também este instrumento foi utilizado pelo mercado imobiliário de modo a garantir maiores lucros em seus empreendimentos.

[5] Essas torres estavam inacabadas devido à falência da construtora responsável pela obra e foram ocupadas por um grupo de pessoas até que, em 2010, um incêndio ainda não explicado deu origem a remoção das famílias que ali viviam.



alteraria as características que haviam sido preservadas pela criação da ADE de Santa Tereza – resultado das ações do MSST em sua primeira formação.

Inicialmente com poucos integrantes, o movimento foi ganhando gradualmente novos simpatizantes devido, principalmente, à criação da página “Salve Santa Tereza” no Facebook. Mas o fator que ampliou as discussões e acirrou a mobilização dos moradores face iniciativas que, para eles, trariam prejuízo a seu cotidiano e paisagem foi a cessão do Mercado Distrital de Santa Tereza [6] para a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG. A proposta da PPP entre poder público e empresa de transformar a área em uma escola automotiva foi considerada como uma tentativa de privatização de um espaço público. Com a implantação da escola automotiva o mercado seria ocupado por quatro mil e quinhentos alunos por ano e o temor era de que isso provocasse alterações no bairro, tais como o alargamento de vias e a modificação do uso majoritariamente residencial.

Mas o que provocou grande insatisfação aos moradores e que culminou na consolidação e ampliação do MSST foi a flexibilização da ADE de Santa Tereza durante a assembleia do Conselho Municipal de Políticas Urbanas (COMPUR) ocorrida no mês de agosto de 2013. Para viabilizar a implantação da Escola Automotiva no local, o COMPUR – apesar do voto contrário de alguns conselheiros e da pressão das pessoas pela não-aprovação da matéria – alterou o uso da quadra onde está localizado o mercado, uma vez que na ADE de Santa Tereza é permitido que qualquer escola possa ocupar no máximo 400 m² e a escola da FIEMG ocuparia 6 mil m². Além disso, o projeto da FIEMG seguia em sentido contrário à vocação do bairro e aos processos de participação popular, uma vez que nenhum morador havia sido consultado sobre a proposta (BARROS, 2016). Tal situação fez com que a ocupação do Mercado Distrital de Santa Tereza se configurasse como a principal pauta de discussão e atuação do MSST. Para isso, uma série de ações tiveram início com o intuito de buscar formas participativas de atuação [7].

Neste sentido, o TFG buscou mapear as ferramentas que foram utilizadas pelo MSST e que, neste aspecto, foram indicadoras de novas formas de participação popular. Dentre elas tiveram destaque as assembleias públicas – que geralmente ocorreram (e ainda ocorrem) semanalmente, em espaços majoritariamente público tais como a praça Duque de Caxias e na porta do Mercado Distrital de Santa Tereza – aulões públicos, abaixo-assinados, informativos, ocupações temporárias do entorno do mercado, reuniões com o poder público e com a FIEMG, criação, publicações e fóruns de discussão na página do MSST no Facebook, criação de um bloco carnavalesco e de marchinhas com conotação crítica face à venda dos espaços públicos da cidade para o mercado, etc.

[6] O mercado que por anos se manteve em atividade como lugar de abastecimento foi fechado em 2007. Desde então, algumas propostas para a ocupação de seus espaços ocorreram. A primeira delas aconteceu um ano após seu fechamento, quando, na administração do então prefeito Fernando Pimentel, cogitou-se que esta grande área de 19.240 metros quadrados passasse a abrigar a sede da guarda municipal. Porém, pesquisas realizadas mostraram que 90,3% da população do bairro era contrária a este uso pelo fato de não estar em convergência com as potencialidades do bairro (BARROS, 2016). Outras propostas foram alvo do mesmo tipo de rechaço. A última e mais recente foi a tentativa de construção de um teatro elizabethano na área externa do mercado. Proposta que pela altimetria também feria a ADE.

[7] É importante mencionar que a divulgação da cessão da área do mercado para a FIEMG assim como a aprovação da flexibilização do uso de sua quadra – que flexibilizava a própria ADE – ocorreram num período em que a cidade vivia as repercussões do levante de junho de 2013, fato que, certamente, aguçou a participação de parcela da população em causas referentes ao direito à cidade. No caso específico da cidade de Belo Horizonte, ações que antecederam esse período vêm sendo observadas de modo mais incisivo desde 2009. Exemplo disso são alguns movimentos e coletivos tais como a Praia da Estação e o Duelo de MCs, ambos na região conhecida como “Baixo Centro”. A partir da Praia, outras tantas manifestações e movimentos começaram a eclodir em lugares distintos da cidade, movidos pelas indignações populares em prol do direito à cidade.

Para finalizar, é necessário evidenciar que no momento de escrita deste artigo, a FIEMG, devido à pressão popular, não tem mais a cessão de uso do mercado e que o movimento segue com suas ações que têm como meta a ocupação do Mercado Distrital de Santa Tereza, tendo em vista um programa de atividades elaborado coletivamente com moradores do bairro e que busca respeitar suas características simbólicas, culturais, sociais, ambientais e econômicas. Nesse sentido, os processos de negociação com o poder público sofreram algumas alterações devido ao fato de o mercado estar, atualmente, sob a responsabilidade da Fundação Municipal de Cultura (FMC), que tem ampliado os canais de diálogo com a comunidade através da criação de uma “Comissão para a Discussão do Projeto de Ocupação do Mercado de Santa Tereza” – através da Portaria FMC N. 016/2016 (BELO HORIZONTE, 2016) – da qual faz parte o MSST.

O método da copesquisa e o TFG

Em entrevista cedida, em 14 de abril de 2015, durante o “Seminário Internacional Faces da Resistência” que aconteceu no Memorial de Medicina de Pernambuco, em Recife, foi perguntado à arquiteta e urbanista Raquel Rolnik sobre as formas pelas quais a academia poderia contribuir para o planejamento urbano e também sobre modos de compartilhar produções acadêmicas de maneira a colaborar positivamente com o processo de urbanização em curso nas cidades brasileiras. Em sua resposta, Rolnik retomou a noção de que a academia tem, no que diz respeito ao planejamento e sociologia urbanas, a história de produzir conhecimento em relação muito estreita com as lutas, haja vista a forte aproximação entre o Movimento Nacional pela Reforma Urbana [8] (MNRU) e a universidade durante os anos 1970. Entretanto, sobre o momento atual – principalmente pós junho de 2013 – ressalta:

agora nós temos um novo papel para a academia, nesse momento, de se colocar, de produzir também um novo conhecimento. Mas esse conhecimento novo, ele não se produz fechado no gabinete pensando, estudando e citando. Esse conhecimento só vai ser produzido na relação com a intervenção e a luta. É ali que vai ser produzido. (...) E isso é uma produção de conhecimento e uma produção de alternativas e uma produção de política alternativa que se faz na luta e em contato com as lutas. Eu acredito que isso é um novo ciclo que está acontecendo na academia e na universidade. (CAUS ENTREVISTA, 2015)

A resposta dada por Rolnik aponta para necessidade de novas posturas, métodos e ações nas formas de interações entre saberes [9] o das lutas, o das ruas e o da universidade. A chamada-convite por “sair do gabinete” parece buscar por práticas que rompam com a hegemonia dos

procedimentos técnico-científicos que estabelecem posicionamentos estanques para, de um lado, o sujeito-pesquisador e, do outro, o objeto de pesquisa. Procedimentos herdados do pensamento moderno influenciado pelo Iluminismo do século XVIII, que trouxe consigo metodologias que se mostraram ineficazes do ponto de vista de sua abrangência, seja ela nas ciências humanas ou sociais. O binarismo sujeito-objeto findou por produzir, de acordo com Romagnoli (2008), pesquisas embasadas em um método experimental e reducionista, que analisa, de um modo geral, apenas aspectos quantitativos, negando o sujeito enquanto participante e ator.

A partir da fala de Rolnik e das pontuações de Rogmanoli, buscaremos delimitar, tanto a partir de uma perspectiva teórica quanto de uma perspectiva prática, o modo como a copesquisa configurou-se como essa outra possibilidade de método-atuação acadêmica no contexto das lutas territoriais no TFG explicitado acima.

No que diz respeito à perspectiva teórica, a copesquisa – tradução de *conricerca* [10] – não busca alterar o objeto da investigação, pois não distingue sujeito e objeto. Nesse sentido, ela trabalha na implicação mútua entre lutas e teorias diante dos problemas de autonomia, resistência e estratégias coletivas, no intuito de romper com a verticalização ideológica da produção do conhecimento. Esse fato, no entanto, “não significa depor o rigor, mas redimensioná-lo como resultado das interações diretas entre os muitos agentes, enredados na produção colaborativa do conhecimento. O objetivo é tanto conhecer para transformar, quanto transformar para conhecer” (CAVA, 2012, p. 23). Dessa forma, a copesquisa tem como intuito a valorização das capacidades dos próprios sujeitos localizando o pesquisador no interior dos processos de subjetivação (CAVA, 2012; MENDES, 2012; CARNEIRO, 2016). Assim, “o observador não só muda de posição, movendo-se do externo ao interno dos processos analisados, mas cessa mesmo de ser observador: se transforma em sujeito de seu próprio objeto de pesquisa e intervenção” (ROGGERO *apud* MENDES, 2012, p. 10). Nesse caso, o pesquisador é também participante, havendo um completo envolvimento na relação sujeito-objeto sem qualquer distinção da mesma. Ou seja, o sujeito participa e pesquisa ao mesmo tempo, visto que a junção do saber acadêmico com a práxis contribui para transformações sociais (ROMAGNOLI, 2008).

No que concerne à perspectiva prática, percebemos, conforme poderá ser visto a seguir, que mais que uma definição por um trabalho monográfico que se encaixa na categoria “teórico-prática” das normas do TFG, o que percebemos foi que, devido à copesquisa como método, nele havia uma indissociável relação entre ensino-pesquisa-extensão. Ou seja, um Trabalho Final de Graduação, mas também um Trabalho-

[8] O MNRU teve um importante papel para a elaboração da Constituição Federal de 1988. No decorrer do processo constituinte e ligado a ele intrinsecamente, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), propôs um programa de reformas nessa área e trabalhou pela sua institucionalização, aglutinando para isso um conjunto amplo de setores sociais como movimentos pela moradia, ONGs, entidades classistas e intelectuais, dentre outros (LOPES, 2005).

[9] Saberes aqui compreendidos no âmbito da analítica foucaultiana que não os desvincula da dimensão dos poderes (FOUCAULT, 1999).

[10] A *conricerca* tem sua origem nas práticas ativistas dos operaístas italianos – grupo de militantes e intelectuais de perspectiva marxista dos anos 1960-1970 (CAVA, 2012).

[11] A defesa e conclusão do TFG ocorreu no primeiro semestre de 2016.

Ensino-Pesquisa-Extensão (TEPE) que, por isso, a partir deste trecho da escrita, será referenciado deste modo.

Mas antes de avançarmos, esclarecemos que deste ponto do texto em diante iniciaremos um modo de escrita que pretende evidenciar, no âmbito de uma co-autoria, as contribuições individuais de cada uma das autoras deste artigo. O intuito desse esquema é não apenas mostrar a transversalidade e complementaridade das posições orientadora-orientanda no desenvolvimento da práxis relativa ao TFG, mas também destacar a forma como essas posições influíram diretamente no resultado do trabalho. Desse modo, o sublinhado marcará a escrita da orientadora e o negrito a escrita da orientanda.

Em termos práticos, não haveria como distanciar o TFG, como orientadora, de uma perspectiva metodológica que não confrontasse o clássico rigor que cinde objeto e pesquisador. Minha participação no MSST havia se iniciado logo após a divulgação do empreendimento da torre de 80 andares na área da Vila Dias e da Vila São Vicente, em Santa Tereza, no ano de 2013. A esta época, era também conselheira do COMPUR, representando o setor técnico, o que me fez parte de todo o processo que resultou na flexibilização da ADE de Santa Tereza na quadra do mercado – mesmo tendo votado de modo contrário à flexibilização. No momento desta escrita, ainda faço parte do MSST como representante titular da comissão criada pela FMC que visa discutir propostas para a ocupação do mercado. Desse modo, ao ser procurada pela orientanda para auxiliá-la em seu trabalho sobre novas formas de participação popular no contexto das lutas territoriais, tendo como estudo de caso o Movimento Salve Santa Tereza, foi necessário evidenciar a impossibilidade de “blindar” posições. Em outras palavras, seria necessário um método passível à realidade professora-orientadora-pesquisadora-ativista que trabalharia, portanto, conjuntamente com a aluna-orientanda-pesquisadora numa sobreposição transversal dessas posições. Nesse sentido, o processo estabelecia-se de uma forma a “pesquisar com” e não apenas “pesquisar sobre”, muito embora essa etapa fosse também necessária.

Mas para além das estruturas clássicas de pesquisa, o TFG [11] foi também a possibilidade de conexão entre as categorias de ensino, pesquisa e extensão. Na verdade, o “nascimento” do TFG ocorreu durante o atendimento, em 2014, da disciplina ARQ-143 (Planejamento Urbano e Regional II) ministrada – não ainda pela minha orientadora – pela professora e, agora, co-autora deste artigo. Como produto final da disciplina, a turma deveria propor um projeto de requalificação para o Mercado Distrital de Santa Tereza. Este foi, então, o momento no qual pude ampliar meus conhecimentos sobre a atualidade das lutas territoriais já que entramos em contato com situações ocorridas

em distintas cidades brasileiras e, mais especificamente, no bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte. À época visitamos o local e fizemos o levantamento e mapeamento de informações para desenvolver o projeto.

A vinculação da disciplina ao bairro de Santa Tereza marcou a possibilidade de conhecer as dinâmicas do bairro, seus moradores de um modo geral, e também aqueles que eram/são ativistas do MSST. Durante a visita, pudemos participar de uma das reuniões do movimento realizada em frente a uma das entradas do mercado, na rua. Até então, eu acreditava que as questões afetas à cidade e à produção do espaço urbano estavam localizadas apenas no âmbito do planejamento urbano e de sua estrutura pautada em mapeamentos que conduziam a feitura de PDs e LPUOS. Entretanto, a disciplina possibilitou enxergar a necessidade e a possibilidade de outras formas de produção do espaço que vinculasse o saber das lutas ao saber acadêmico. Ou seja, a copesquisa emergiu como uma metodologia capaz de romper com o distanciamento entre as pessoas e o pesquisador.

Desde então, as questões que envolviam a participação popular passaram a me causar uma inquietação, devido à discrepância da relação entre o poder público e a comunidade [12]. Como consequência, nasceu a vontade de entender mais a fundo a participação popular inserida no contexto das lutas territoriais e o TFG tornou-se uma possibilidade de realizá-la; oportunidade de realizar também a costura entre ensino e pesquisa em um contexto de extensão, ou seja, nos moldes do que foi definido, acima, como TEPE.

Inicialmente, a dificuldade para iniciar o TFG/TEPE esteve relacionada com a escolha do local, visto que tanto minha cidade natal, Araxá-MG, como a cidade onde cursava Arquitetura e Urbanismo, Ouro Preto-MG, não possuíam/possuem movimentos sociais urbanos consolidados. Por isso, e por já ter estado em contato com o Salve Santa Tereza durante a ARQ-143, desenvolver o trabalho em Belo Horizonte surgiu como uma possibilidade. Ainda, como a professora-orientadora era também ativista do movimento, essa vinculação poderia contornar situações de distanciamento da luta. Ao compreender que, neste contexto, a copesquisa poderia ser utilizada como um método que legitimaria o TEPE já que à posição de aluna-orientanda-pesquisadora não parecia trazer impedimentos para que se somasse à posição da professora-orientadora-ativista, teve início seu desenvolvimento.

[12] Naquele momento, a FIEMG estava realizando obras no mercado e utilizava ainda do benefício da cessão que lhe havia sido dado pelo poder público municipal.

[13] Vale ressaltar que a linha do tempo que foi gerada seguiu os moldes de linhas do tempo já produzidas pelo grupo de pesquisa Indisciplinar da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Grupo que tem como uma de suas frentes de ação as lutas territoriais.

As ferramentas utilizadas e desenvolvidas e as análises sobre o método

Após ter sido definida e verificada a copesquisa como método para o desenvolvimento do TFG/TEPE buscamos, em seguida, verificar as ferramentas que poderiam ser utilizadas para sua consecução. Nesse escopo, percebemos que tais instrumentos poderiam ser inseridos no âmbito da cartografia. Cartografia que, de acordo com Romagnoli (2008), ao basear-se em Deleuze e Guattari, surge como uma ferramenta capaz de responder à transdisciplinaridade e à complexidade enfrentada no embate entre teoria e prática, já que, para mais além do conceito imaginado pelos geógrafos, é fluida, cheia de percepções, calcada nos afetos vivenciados pelo sujeito e representa uma resposta eficaz às questões que perpassam as concepções hegemônicas (ROMAGNOLI, 2008).

Ainda, a cartografia, por sua linguagem e metodologia livre e criativa, não se reteria a modelos pré-estabelecidos, tendo em vista que o cartógrafo, nesses moldes, possui liberdade criativa e mergulha nos afetos, nas experiências. Esses últimos, por sua vez, são os que vão direcionar a maneira mais adequada para cartografar uma realidade, pois a cartografia usa do corpo e das vibrações, pois “Deixa seu corpo vibrar todas as freqüências possíveis e fica inventando posições a partir das quais essas vibrações encontram sons, canais de passagem, carona para a existencialização. Ele aceita a vida e se entrega. De corpo e língua” (ROLNIK, 1989, p. 2). Se entrega, portanto, como a entrega do corpo à luta. Vibra, portanto, na frequência dos corpos em luta.

Para a impressão dessas vibrações de modo a torná-las não apenas a inscrição resultante do TFG/TEPE, mas também uma ferramenta do próprio movimento, deu-se início a uma busca pelas formas/canais de participação – já que esse era o eixo temático condutor do TFG – utilizados e criados pelo MSST em sua luta com o intuito de confeccionar uma linha do tempo [13] de suas ações. Para isso, foi feito um estudo em profundidade da timeline da página do Facebook do Salve Santa Tereza. Foi interessante, nesse sentido, perceber que o MSST tanto buscou formas de participação distanciadas daquelas tradicionalmente inseridas no âmbito do cardápio de ofertas do poder público – assembleias públicas em espaços públicos, aulões, ocupações temporárias no entorno do mercado, abaixo-assinados, bloco de carnaval, etc. – quanto embrenhou-se nas instâncias participativas formalizadas e institucionalizadas – audiências públicas, conferência municipal de política urbana, dentre outras. Mas na medida

em que produzíamos a linha do tempo das formas de participação, vimos que outros tempos em linha se cruzavam com ela. Veio, daí, a necessidade de adicionar camadas que pudessem evidenciar essas interseções que contemplavam questões de importância, tais como os marcos legais relativos às políticas urbanas e o histórico do próprio Mercado Distrital de Santa Tereza.

Desse modo, a linha inicial desdobrou-se em cinco linhas conectadas e dialógicas: marcos históricos – linha representada na cor cinza, que aborda os marcos mais relevantes no cenário da política urbana brasileira; marcos jurídico-legais instituídos pelos poderes públicos – linha destacada na cor rosa e que representa as principais leis, ações e criação de conselhos que implicam na mudança da política urbana de Belo Horizonte e, sobretudo, que acarretaram modificações no bairro de Santa Tereza; marcos jurídicos legais da legislação federal – linha representada na cor laranja e que traz as duas principais leis brasileiras que versam sobre a cidade, a saber, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade; ações e estratégias do Salve Santa Tereza – ressaltada na cor azul, essa linha conta a história do MSST por meio de suas ações efetuadas desde sua segunda formação em 2013, bem como as ameaças que o bairro enfrenta; e, por último, a linha verde que pontua

a história do Mercado Distrital de Santa Tereza que é a principal pauta de discussão e ação do MSST. O resultado final pode ser visto na Imagem 2.

Num segundo momento, com o intuito de elucidar alguns pontos relacionados às formas de participação e sua efetividade às premissas defendidas pelo movimento – horizontalidade e apartidarismo – e à capacidade das novas formas de participação popular como “ativadoras” para a participação, foi aplicado um questionário a seis integrantes do MSST. O material resultante foi um infográfico (Imagem 3) que teve como objetivo tanto produzir um documento de linguagem mais efetiva e acessível para as pessoas envolvidas na luta do movimento como também de gerar informações que poderiam ser discutidas pelo próprio movimento em termos de ações, conceituações e resultados.

Finalmente, é válido mencionar que, no âmbito do TFG, foram realizados outros procedimentos metodológicos com vistas a compreender, de forma abrangente, os mecanismos de participação no Brasil e mais especificamente em Belo Horizonte. Entretanto, no escopo do TEPE/TFG e, portanto, da copesquisa, esses dois desdobramentos cartográficos produzidos foram fundamentais para a visualização de processos

Img. 2 Linha do Tempo (TFG). Fonte: Valadão (2016)



múltiplos e transversais que atravessam o cotidiano das lutas do MSST. Em outras palavras, a copesquisa como método e a cartografia como metodologia – da forma como explicitados neste item – permitiram formas outras de lidar com as múltiplas posições nas relações entre orientadora-orientanda e pessoas envolvidas com o tema do trabalho, mas também entre as próprias orientadora e orientanda. Ainda, o material produzido como resultado final de um estudo-pesquisa – aquele que foi fruto do método e da metodologia – prestam-se também como material para planejamento de ações e para elucubrações do próprio movimento, ou seja, adentra no campo da extensão acadêmica.

Considerações finais

Na busca de outras formas de lidar com as cisões estabelecidas entre os métodos e metodologias clássicas de pesquisas acadêmicas, o trabalho proposto pela orientanda teve como objetivo, mas também como resultado, explorar outros modos de pensar e de agir no que tange as novas complexidades e formatos de relação entre cidades e pessoas

– ou seja, outras formas de produção do espaço – na atualidade. Os desafios enfrentados em termos da copesquisa giraram, do ponto de vista da professora-orientadora-pesquisadora-ativista, em torno da necessidade de deslocar olhares e vivências no intuito de menos que fechar cada uma dessas posições em seus supostos devidos lugares, [re]actualizá-las e repensá-las a partir dos processos e resultados que foram sendo alcançados. O “ser do movimento” permitiu aproximar a orientanda-pesquisadora de uma forma mais efetiva dos conflitos, realidades e cotidiano do MSST. Mas foi também um desafio já que um “ser do movimento” é também uma singularidade que não expressa o conjunto das singularidades que conformam o “conjunto do movimento”. Desse modo, a interlocução da orientanda-pesquisadora com outros membros do MSST promoveu superfícies de/para deslocamentos e posições. Superfícies múltiplas que se estenderam para a própria luta com os materiais produzidos – a linha do tempo e o infográfico –, possibilitando a reflexão do movimento no que tange sua história e atuação para mais além da questão específica do TFG – a participação



salve santa tereza

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

FAIXA ETÁRIA

38 - 68

ANOS

INICIO DE ENGAJAMENTO

100 %

INICIOU NO MOVIMENTO
EM 2013

DIVULGAÇÃO DE AÇÕES

- Facebook
- Email
- Carro de som
- Informativos

CARACTERÍSTICAS
Participação popular
HORIZONTALIDADE
apartidarismo
MOBILIZAÇÃO
Preservação ADE

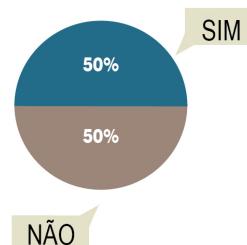
Img. 3 Infográfico (MSST).
Fonte: Valadão (2016)

"Insere no sentido de participação e acompanhamento, mas não segue a formalidade que as instituições públicas exigem com CNPJ. Nós não temos CNPJ e nem uma organização hierarquizada com diretores e ect, e nem liderança definitiva. Sim, movimento é movimento, ong é ong, Associação é Associação, Cada um com seu papel e importância o Salve é complementar e importíssimo na efetivação das ações na medida que tem mais liberdade de ação".

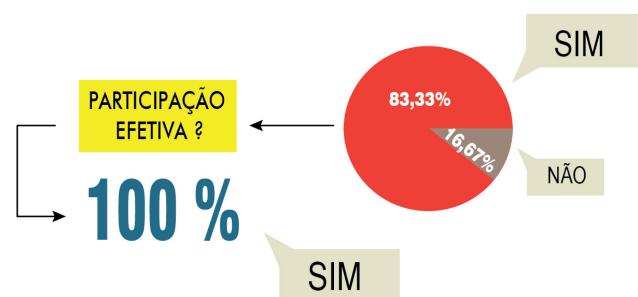
Clair José Benfica (Izinho), 54 anos, morador de Santa Terezinha.

**participação
“TRADICIONAL”**

INSERÇÃO NA PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONALIZADA ?



BUSCA POR NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO ?



“ATIVAR” É POSSÍVEL ?



HORIZONTALIDADE
apartidarismo

"Apesar de ter sérias críticas à falácia da horizontalidade, pois, não acredito realmente que ela exista, o discurso da horizontalidade e do apartidarismo ajudam, e muito, na mobilização. As pessoas estão satisfeitas com o modelo político atual e ansiosas em encontrar novas formas de participação e saberem que serão ouvidas e que terão direito ao voto, as atraí. Também acho que é atrativo saber que não há nenhuma ligação partidária, pois, como citei, muitos não crêem mais em políticos. Mas, é importante ressaltar que temos também ativistas políticos entre nós e contamos com sindicalistas (meu caso, por exemplo), assessores de políticos e até políticos no grupo, cuja participação é essencial quando precisamos dialogar com o poder público. Só que, dentro do Salve Santa Terezinha, não somos sindicalistas e/ou políticos. Somos moradores e/ou admiradores de Santa Terezinha e buscamos o melhor que acreditamos para a comunidade".

Antônio Marcos de Oliveira, 45 anos, morador de Santa Terezinha.

popular – e gerando outras elucubrações. Em outras palavras, da liberdade intrínseca às ferramentas metodológicas utilizadas resultaram discussões livres que abrangeram as relações com outros grupos, instituições e pessoas não circunscritas ao próprio movimento. Foi como olhar para um retrato – um instantâneo – não terminado porque aberto para outras revelações.

No âmbito da conclusão do TFG foi possível verificar que as lutas territoriais que permeiam o espaço belo-horizontino são articuladoras de novas formas de participação e, sobretudo, que a soma das singularidades na luta por um mesmo ideal é capaz de modificar/questionar estruturas participativas instituídas pelo poder público. Percebo que essas conclusões vieram em função de um TFG, como indicado acima, que foi também um TEPE. Fato derivado da copesquisa, que se mostrou um método positivo não apenas no sentido do repositionamento daquilo que se define como pesquisador e objeto de pesquisa, mas também por proporcionar a revisão das formas como teoria-prática funcionam num ambiente de rica experiência pautado por um “aprendizado com”. A cartografia, por sua vez, por ser um processo constante de criação, me proporcionou liberdade para encontrar o caminho que julguei mais adequado para retratar o movimento e suas lutas.

REFERÊNCIAS

- BAGGIO, Ulysses da Cunha. Capítulo 2: Belo Horizonte: o percurso da formação da cidade moderna e circunscrição intersticial de permanência e resistências. In: *A Luminosidade do lugar: circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza*, 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02022006-135000/pt-br.php>.
- BARROS, Pedro Caldeira de. *Movimentos sociais e políticas públicas: um estudo de caso do Movimento Salve Santa Tereza*. Dissertação de mestrado Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2016.
- BELO HORIZONTE. Lei no 6.165, de 27 de agosto de 1996. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. Câmara Municipal de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 27 de agosto de 1996.
- BELO HORIZONTE. PORTARIA FMC Nº 036/2016. Diário Oficial do Município. 18 de março de 2016. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1159694>. Acesso em: 20/09/2016.
- BRASIL. Lei no 10.257 de 10/07/2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 26/10/2015.
- CARNEIRO, Karine Gonçalves. *Moradores de rua e produção do espaço urbano: análise sobre Bogotá e Belo Horizonte sob uma perspectiva genealógica*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- CAUS ENTREVISTA Raquel Rolnik. CAUS – Coletivo Arquitetura Urbanismo e Sociedade. Belo Horizonte, 15/07/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-sDjXt7FtsM>. Acesso em: 18/09/2016.
- CAVA, Bruno. A copesquisa militante no autonomismo operaista. In: *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 37-38, p. 17-38, maio/dez. 2012.
- FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MENDES, Alexandre. A copesquisa nas lutas da cidade. In: *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 37-38, p. 9-16, mai./dez. 2012.
- OUC Nova BH. *oucbh.indisciplinar*. Disponível em: http://oucbh.indisciplinar.com/?page_id=17. Acesso em: 13/01/2016.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. In: *Psicologia & Sociedade*, n. 21, vol. 2, p. 166-173, 2009.
- SOUZA, Françoise Jean de Oliveira; CAJAZEIRO, Karime Gonçalves. A Singularidade do Lugar: a construção de um discurso identitário para o bairro Santa Tereza. In: *Teoria & Sociedade*, n. 19, jan/jun, p. 82-111, 2011.
- SOUZA, Marcelo, L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Ouro Preto, 2008. Disponível em: <http://docplayer.com.br/7543691-Curso-de-graduacao-em-arquitetura-e-urbanismo.html>. Acesso em: 18/09/2016.
- VALADÃO, Joellyse Cecília Freitas. *As Lutas Territoriais como Articuladoras de Novas Formas de Participação Popular*. Estudo de Caso: Movimento Salve Santa Tereza, em Belo Horizonte – MG. Monografia (Graduação) em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2016.

***Karine Gonçalves Carneiro** é Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutora em Ciências Sociais (PUC-Minas/2016), mestre em Sociologia com ênfase em Meio Ambiente (FAFICH-UFMG/2006), especialista em Arquitetura Contemporânea (IEC-PUC-Minas/1999) e graduada em Arquitetura e Urbanismo (EA-UFMG/1996). Pesquisadora do Indisciplinar UFOP e do GEPSA (UFOP).

***Joellyse Cecília Freitas Valadão** é Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pesquisadora do Indisciplinar UFOP.